

Nota informativa



Velocidade de Implementação do Auxílio Emergencial

quinta-feira, 3 de setembro de 2020

Resumo:

- ✓ O Auxílio Emergencial (AE) tem atingido a população alvo de forma eficiente e célere;
 - ✓ No caso dos beneficiários do Programa Bolsa Família (BF) o impacto foi imediato, dado que o valor do benefício foi aumentado automaticamente pela adoção do AE;
 - ✓ Para aqueles em estado de vulnerabilidade e que ainda não estavam no BF, o AE foi entregue já no mês de implantação (cerca de 21 após a adoção da política);
 - ✓ Os dois destaques anteriores reforçam a importância do Cadastro Único (CadÚnico);
 - ✓ Uma situação um pouco mais complexa se refere aos trabalhadores informais (muitas vezes denominados de “invisíveis”). Apesar da maior dificuldade em se atingir esta parcela da população, grande parte dos municípios brasileiros (ainda em abril) já eram compostos de, pelo menos, 5% da população formada por informais recebendo AE – cerca de 19,1 milhões de trabalhadores informais;
 - ✓ O impacto inicial do AE se dá fortemente nas regiões Norte e Nordeste, devido à importância relativa do BF e do CadÚnico nessas regiões. A entrada dos trabalhadores informais no mês de maio traz maior relevância para as demais regiões do país. Nesse mês o AE atingiu cerca de 29,6 milhões de trabalhadores informais;
 - ✓ No que se refere à focalização municipal, observa-se que o AE atingiu com maior intensidade municípios com menores índices de desenvolvimento humano (IDH);
 - ✓ O impacto mediano do AE na economia local dos municípios, considerando o acumulado de abril e maio, chegou a ultrapassar 2,5% da estimativa do PIB mensal na região Norte; 5,0% da estimativa do PIB mensal na região Nordeste; e 1,0% da estimativa do PIB mensal nas regiões Centro-Oeste e Sudeste. Em alguns municípios da região Norte e Nordeste este impacto superou 7,5% da estimativa do PIB mensal.
-



1. Introdução

A epidemia de COVID-19 atingiu a maior parte dos países do mundo no primeiro semestre de 2020. No Brasil, os primeiros casos da doença foram registrados a partir do final do mês de fevereiro de 2020, com medidas restritivas adotadas pelos estados¹ e municípios a partir de março de 2020. Dentre as medidas adotadas, a proibição da abertura do comércio e de atividades não essenciais causou um forte choque na renda das famílias. Com o objetivo de diminuir o impacto destas restrições na renda familiar dos brasileiros, o Governo Federal instituiu no Decreto nº 10.316/2020, emitido no dia 07 de abril de 2020, estabelecendo a transferência de uma renda temporária de R\$ 600,00 com duração inicial de 3 meses. Tal benefício, chamado de Auxílio Emergencial (AE), foi estendido posteriormente por mais 2 meses.

Em nota informativa divulgada em 08 de julho de 2020², a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia apontou que “O *Auxílio Emergencial (AE)* conseguiu atender aos seus objetivos por se concentrar nos trabalhadores informais e nos indivíduos tanto sem ocupação como fora da força de trabalho, em especial nos decis mais baixos da distribuição de renda”. Além disso, “em termos de renda absoluta, o AE elevou as famílias mais pobres a padrões que superam os limiares de extrema pobreza e pobreza no Brasil”. Estima-se, ainda, que o AE fez com que 72% dos domicílios no 1º decil de renda *per capita* obtivessem melhora relativa em seus rendimentos após a inserção do AE.

Uma vez avaliada a relevância e a focalização do referido auxílio, resta-nos discutir se a adoção de tal medida emergencial foi rápida o suficiente. Com esta finalidade, nesta nota comparamos a distribuição dos beneficiários do AE em dois instantes de tempo – no fim do mês de abril (pouco mais de 20 dias após o anúncio do programa) e final do mês de maio. Os resultados serão divididos em três blocos. O primeiro destacará a **velocidade** da adoção do AE. O segundo bloco discutirá a estrutura, destacando o percentual dos indivíduos pertencentes ao CadÚnico e trabalhadores informais. Por fim, destaca-se o peso (isto é, a importância) do AE nos municípios. Todas as análises serão baseadas em comparações gráficas e de estimativas pontuais relacionadas aos dois primeiros meses de implantação do AE. **Os dados utilizados foram coletados junto ao Portal de Transparência do Governo Federal.**³

Convém ressaltar que, diferentemente das análises baseadas na PNAD-Covid, os resultados aqui estabelecidos possuem a vantagem de apresentar **somente** os beneficiários do programa de Auxílio Emergencial. Análises baseadas na PNAD-Covid captam os rendimentos provenientes de várias ações de auxílios emergenciais relacionadas ao Coronavírus, como por exemplo, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda⁴.

¹ Disponíveis em: <https://medidas-covidbr-iptsp.shinyapps.io/painel/>. Acesso em 01/09/2020.

² Nota “Análise da abrangência, focalização e do efeito distributivo do auxílio emergencial baseado na PNAD Covid-19”. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2020/nota_informativa_covid19_final.pdf. Acesso em 01/09/2020.

³ Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/pagina-interna/603519-download-de-dados-auxilio-emergencial>. Acesso em 01/09/2020.

⁴ Disponível em: <https://servicos.mte.gov.br/bem/>. Acesso em 01/09/2020.



2. Velocidade da adoção do Auxílio Emergencial

A Figura 1 apresenta o percentual da população atendida pelo AE nas cinco regiões do Brasil de acordo com o Portal da Transparência referentes aos meses de abril, maio e junho de 2020. O Gráfico no quadrante superior esquerdo apresenta a distribuição (por município) do percentual da população⁵ (municipal) atendida pelo AE. Observa-se principalmente que, nos dois instantes de tempo, a distribuição das regiões Norte e Nordeste superam aquelas das demais regiões, indicando que, nessas regiões, a proporção da população atendida pelo AE foi maior em comparação com as demais. O Gráfico no quadrante superior direito apresenta a distribuição do percentual da população de beneficiários do BF que migraram para o AE. Observa-se, novamente e com maior ênfase, que as regiões Norte e Nordeste se destacam. Por fim, os Gráficos nos dois quadrantes inferiores apresentam, respectivamente, os percentuais da população no Cadastro Único (CadÚnico) que não recebem BF e foram atendidos pelo AE (Gráfico da esquerda) e da população fora do CadÚnico que receberam o AE – os trabalhadores informais – por região e data. Não se observam, nestes casos, diferenças dignas de nota entre as regiões, indicando que, nesta população, o AE teve impacto semelhante em todas as regiões atendendo de 5% a 10% da população (dos municípios) entre aqueles do CadÚnico não atendidos pelo BF além de um leve crescimento em maio de 5% para 15% dos trabalhadores informais.

A Figura 2 mostra um mapa com a distribuição dos municípios de acordo com a proporção da população municipal atendida pelo AE de acordo com os dados observados no final de abril de 2020 (lado esquerdo) e no final de maio de 2020 (lado direito). Observe que, no final do mês de abril de 2020, na região Nordeste praticamente todos os municípios tinham pelo menos 30% de suas populações atendidas pelo AE. Na região Norte, exceto em algumas sub-regiões isoladas, pelo menos 20% das populações municipais já estavam recebendo o AE. O mesmo ocorre com a região Centro-Oeste em que a metade da região tinha, pelo menos, 20% da população atendida pelo AE. Nas regiões Sul e Sudeste, exceções feitas ao Paraná e ao sul do estado do Rio Grande do Sul, a proporção da população atendida não chegava a 20%. É importante observar que este é o cenário do mês de implantação do referido auxílio, ou seja, em aproximadamente 20 dias, a maior parte do território nacional já contava com, no mínimo, 20% de suas populações atendidas pelo AE. No final do mês de maio de 2020, somente alguns municípios nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentavam cobertura do AE abaixo de 20%, o que se explica mais pela (ausência de) demanda do que pela (falta de) oferta. O AE atingiu no mês de abril um total de 48,2 milhões de pessoas e chegou a 58,6 milhões de pessoas no mês de maio de 2020.

A Figura 3 apresenta um mapa com a distribuição dos municípios de acordo com a proporção da população atendida pelo BF que migraram para o AE de acordo com os dados observados nos meses de abril (lado esquerdo) e maio de 2020 (lado direito). As regiões Norte e Nordeste apresentam já em abril, na maioria dos municípios, no mínimo 10% das populações (municipais) composta por beneficiários do BF atendidos pelo AE. Aproximadamente em metade da região Centro-Oeste, os municípios tinham no mínimo 5% da população composta por beneficiários do BF recebendo AE. As regiões Sul e Sudeste, novamente, apresentaram as menores proporções. Não se observam diferenças relevantes ao se comparar os meses de abril (lado esquerdo) com maio (lado direito). Isto se deve ao fato de que a base de beneficiários do BF não foi alterada com a instituição do AE e, dessa forma, a proporção das pessoas

⁵ A projeção populacional do ano de 2020 foi divulgada pelo IBGE

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>



beneficiárias do BF recebendo AE se manteve relativamente estável. Isto mostra a velocidade com que o AE atingiu estas pessoas, distribuindo os recursos imediatamente já no mês de implantação do referido auxílio. Em abril de 2020 o AE já tinha atingido 19,2 milhões de beneficiários do BF.



Figura 1: Percentual da população atendida pelo Auxílio Emergencial (AE) por região e mês – da esquerda para direita, de cima para baixo, (1) na população total, (2) entre os beneficiários do Bolsa Família (BF), (3) entre os cadastrados no Cadastro Único que não recebem BF e (4) informais fora do Cadastro Único.

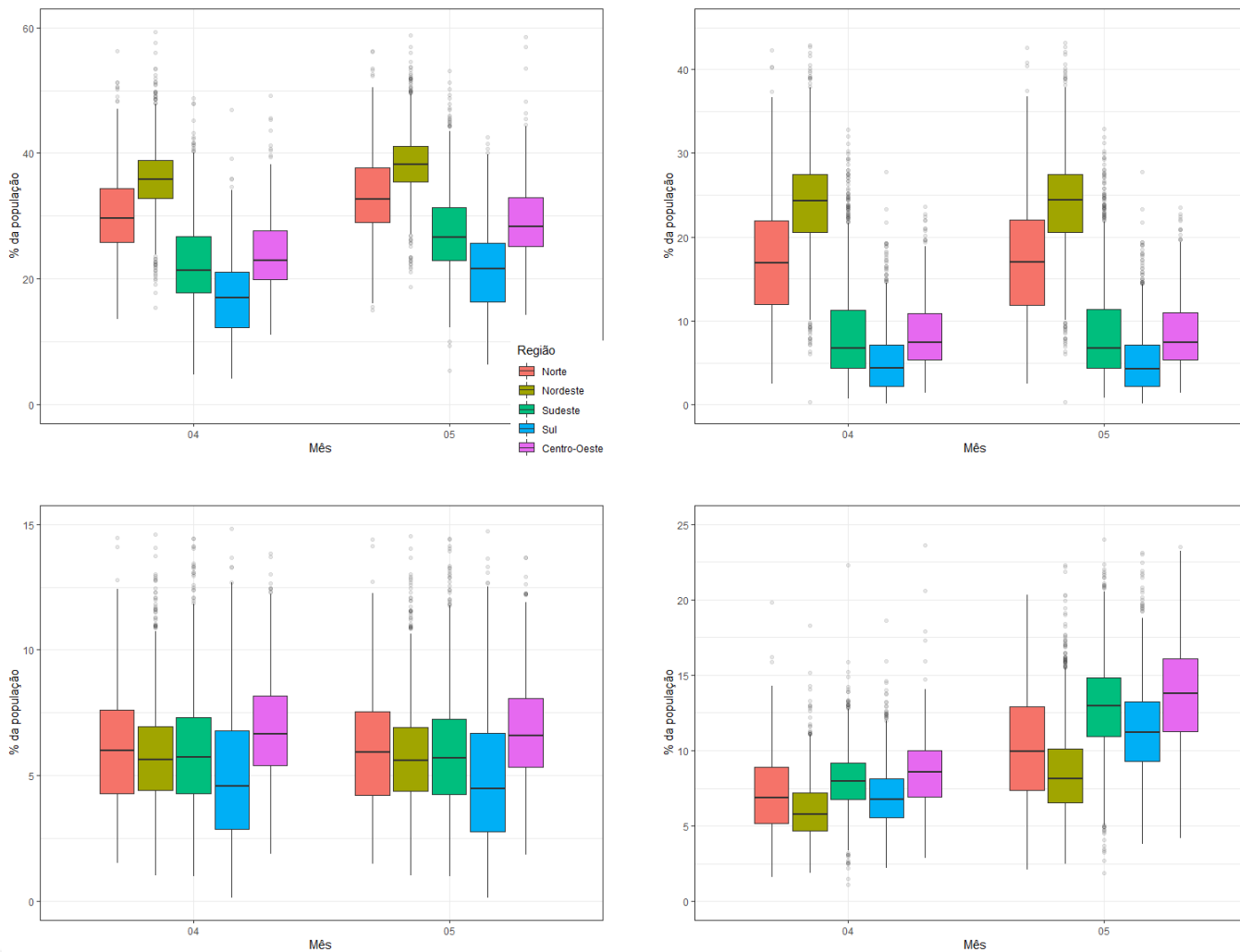




Figura 2: Distribuição espacial dos municípios de acordo com o total da população atendida pelo Auxílio Emergencial (AE).

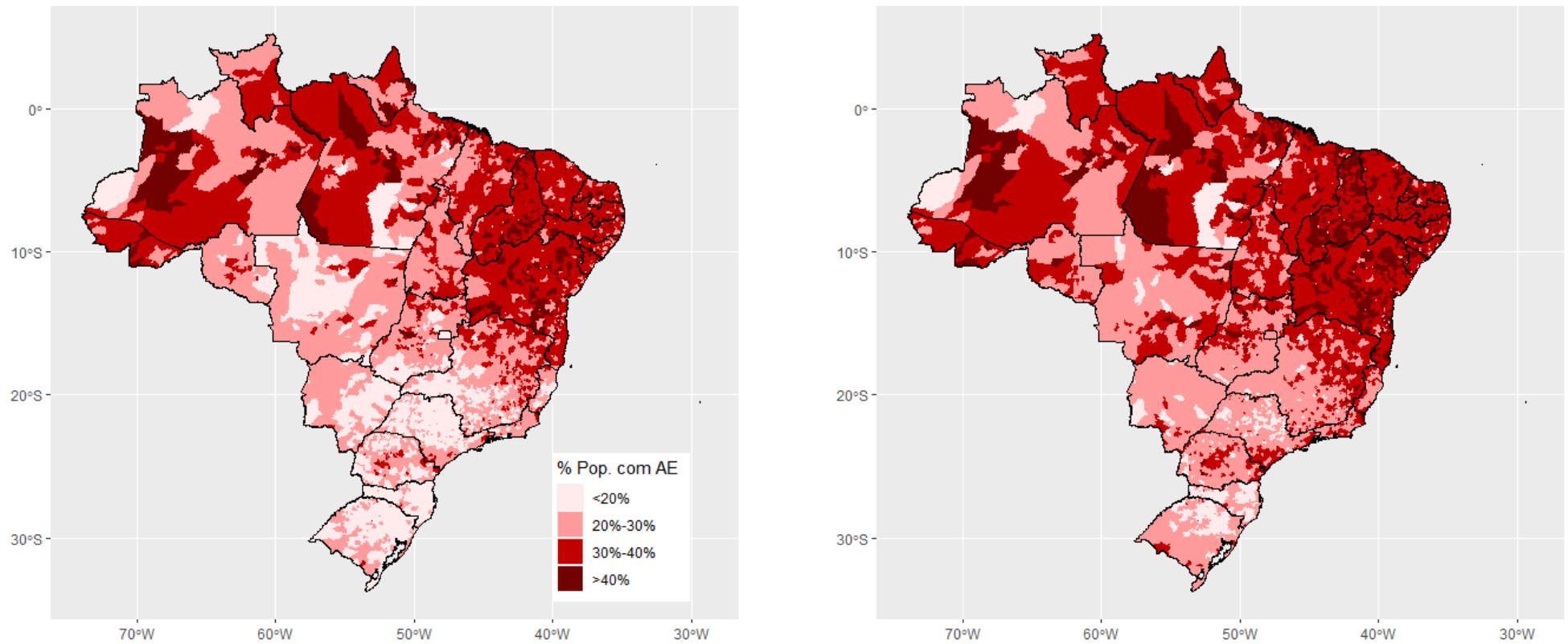
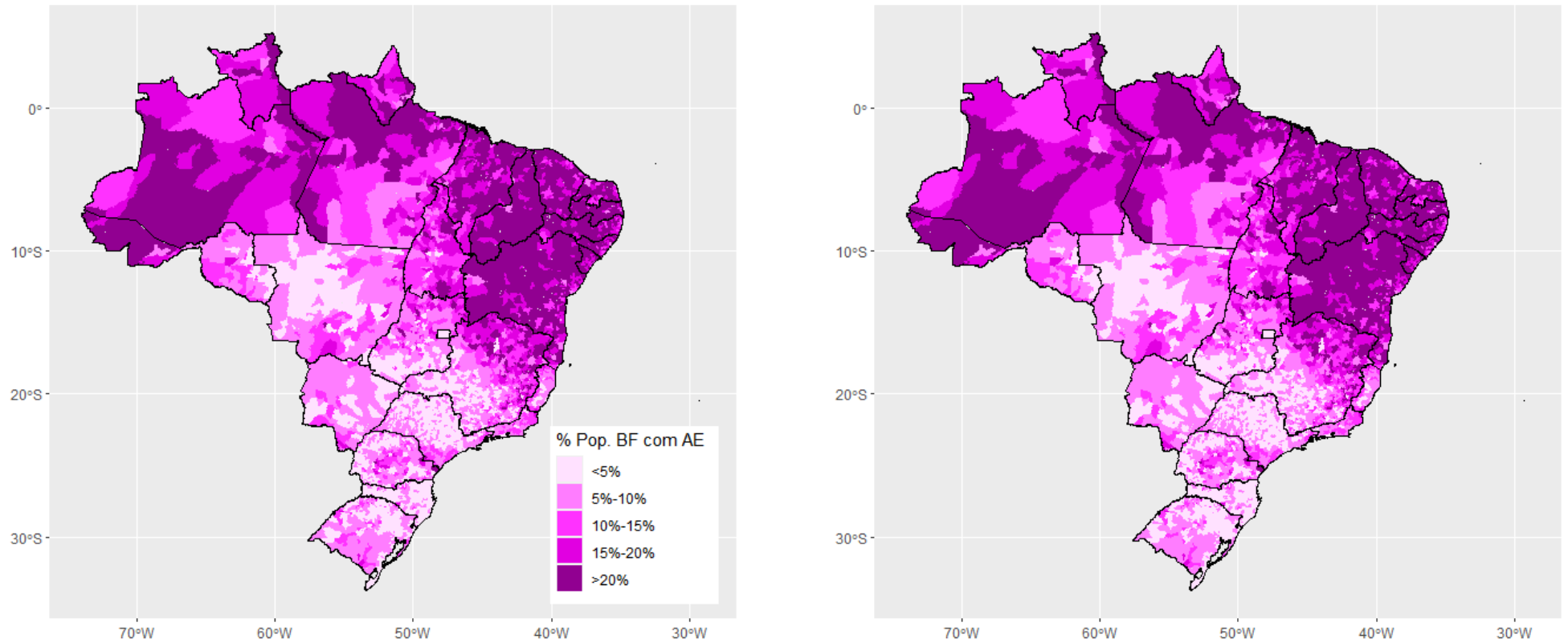




Figura 3: Distribuição dos municípios de acordo com o total da população atendidos simultaneamente pelo Bolsa Família (BF) e Auxílio Emergencial (AE).





A Figura 4 apresenta um mapa com a distribuição dos municípios de acordo com a proporção da população municipal cadastrada no CadÚnico e que não recebem BF, mas foram atendidas pelo AE, de acordo com os dados observados no final de abril de 2020 (lado esquerdo) e no final de maio de 2020 (lado direito). Não se observa uma variação temporal relevante neste cenário, cabendo observar que a maior concentração de pessoas no CadÚnico que não recebiam BF, mas receberam AE, ocorre nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, além dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Paraná. O AE atingiu 9,8 milhões de pessoas no CadÚnico que não recebiam BF.

A Figura 5 apresenta um mapa com a distribuição dos municípios de acordo com a proporção da população municipal que não estava no CadÚnico e recebeu AE. Este grupo representa os trabalhadores informais que foram atendidos pelo referido auxílio. O mapa referente ao mês de abril de 2020 (lado esquerdo) mostra que praticamente todos os municípios das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste possuíam, no mínimo, 5% da população formada por trabalhadores informais recebendo AE; o mesmo ocorre em aproximadamente metade da região Nordeste. Havia em alguns municípios no Sul do Pará e nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, no mínimo, 10% da população composta por trabalhadores informais recebendo AE. No mês de maio (lado direito) a cobertura do AE ofertado a esses trabalhadores representou mais de 10% da população em quase todos os municípios das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, representando mais do que 5% da população de praticamente todos os municípios da região Nordeste. No mês de abril, o AE atingiu 19,1 milhões de informais, e em maio de 2020 chegou a atender 29,6 milhões de informais.

Conclusão nº 1: é interessante observar a velocidade com que o AE atinge as populações alvo. No caso dos **beneficiários do BF o impacto foi imediato**, tendo o valor do benefício aumentado automaticamente pela adoção do AE. **No caso daqueles em estado de vulnerabilidade** e que ainda não estavam no BF, **o AE foi entregue já no mês de implantação** – isto explica a quase imperceptível variação entre os mapas na Figura 4, uma vez que todos os beneficiários que estavam no CadÚnico, mas não estavam recebendo BF, passaram a receber o AE imediatamente. **Uma situação um pouco mais complexa se refere aos trabalhadores informais** – pessoas fora do CadÚnico que passaram a ter direito ao AE, pois havia a necessidade de formar uma base de dados para identificar estas pessoas elegíveis a esse auxílio. No entanto, apesar desta maior dificuldade em atingir esta parcela da população, grande parte dos municípios brasileiros **ainda em abril já eram compostos de pelo menos 5% da população formada por informais recebendo AE**. Além disto, comparando os mapas de abril e maio observa-se a velocidade com que o auxílio atingiu a população.



Figura 4: Distribuição espacial dos municípios de acordo com o total da população no Cadastro Único não beneficiários do Bolsa Família (BF) que foram atendidos pelo Auxílio Emergencial (AE).

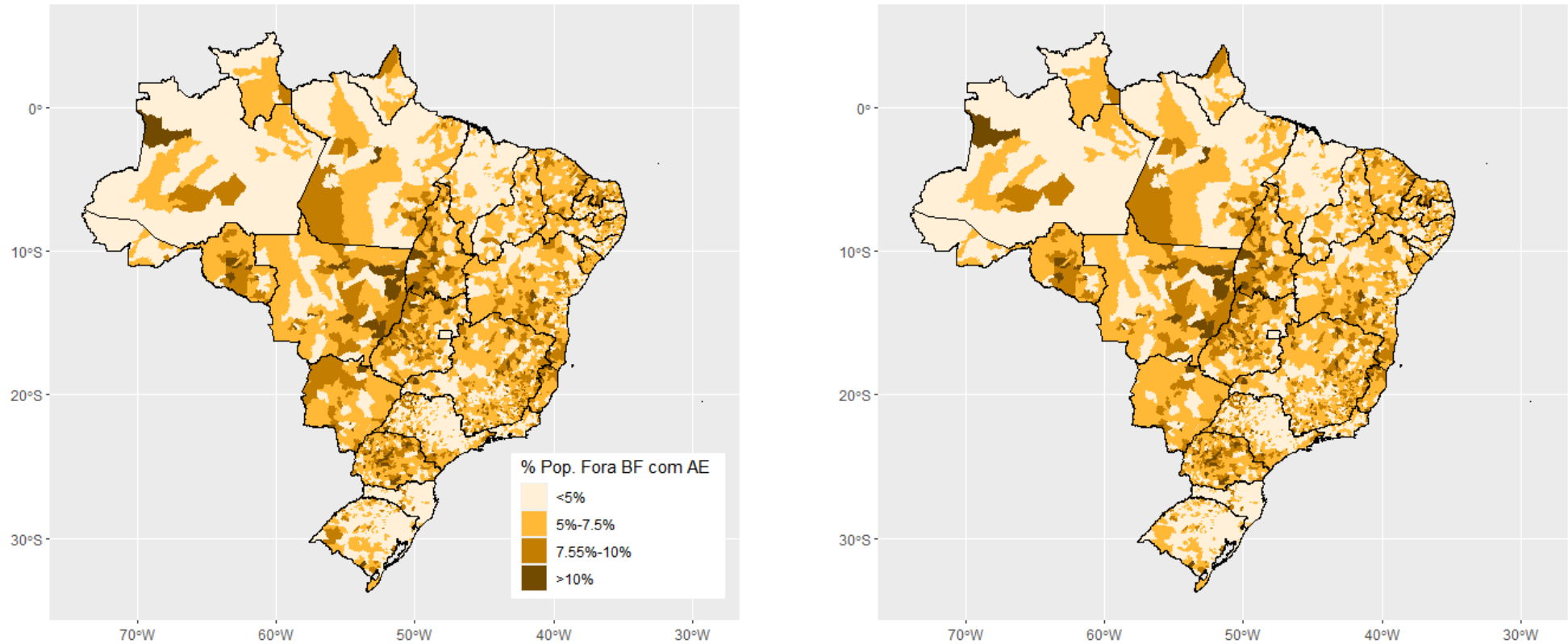
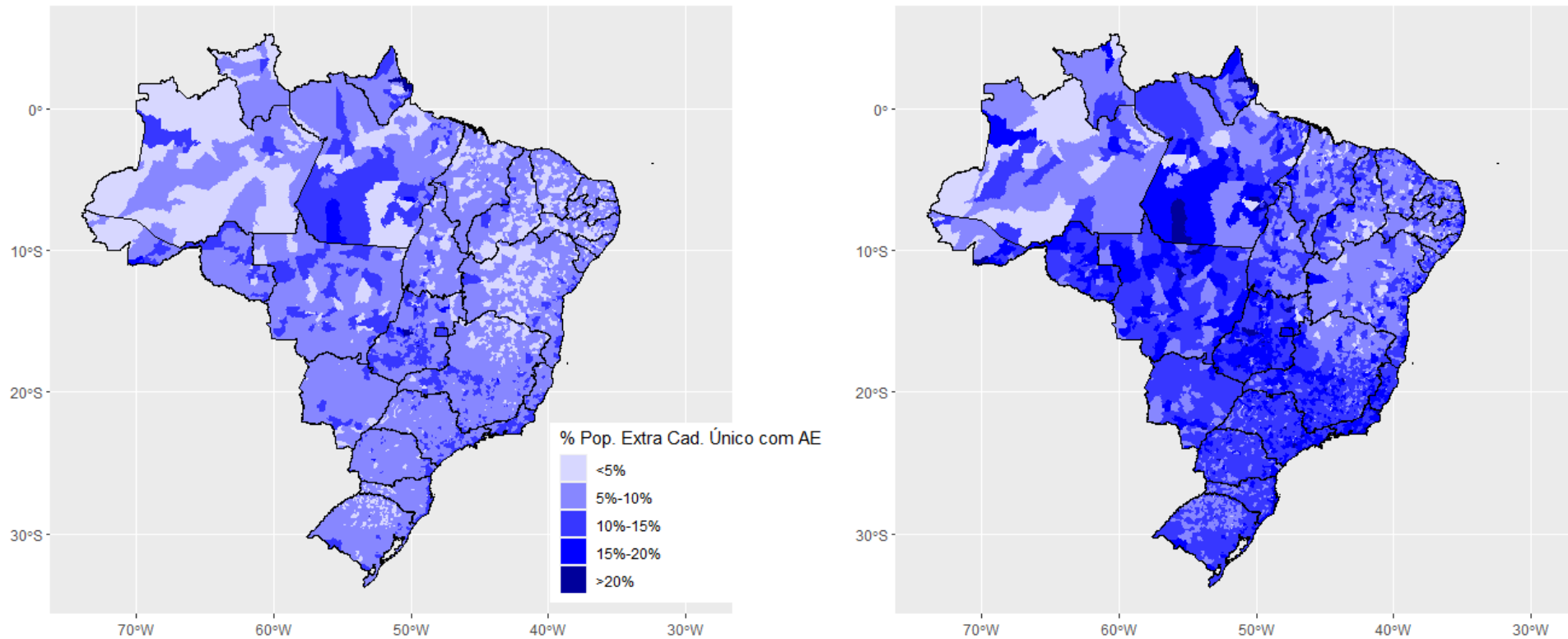




Figura 5: Distribuição espacial dos municípios de acordo com o total da população fora do Cadastro Único que foram atendidos pelo Auxílio Emergencial (AE) – informais.





3. Estrutura do Auxílio Emergencial

A análise seguinte descreve a composição daqueles beneficiários que estavam recebendo o AE nos meses de abril e maio, sem focar na velocidade de distribuição do auxílio. **O objetivo é identificar a composição da população daqueles beneficiários que receberam AE nas diferentes regiões.**

A Figura 6 mostra que nas regiões Norte e Nordeste, praticamente em todos os municípios, no mínimo 50% das pessoas que receberam AE eram beneficiários do BF. Por outro lado, em abril (lado esquerdo) nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, em aproximadamente metade dos municípios a proporção de beneficiários do BF dentre as pessoas que recebiam AE variava entre 25% e 50%. No mês de maio a proporção dos beneficiários do BF, dentre os que recebiam AE, diminuiu em diversos municípios nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste – isto não se deve à exclusão de pessoas do AE mas, pelo contrário, se deve ao aumento da proporção de trabalhadores informais atendidos pelo AE.

A Figura 7 mostra a distribuição das pessoas que estavam no CadÚnico e não recebiam BF (por diferentes motivos) e que passaram a receber o AE. Observa-se pouca variação entre os instantes de tempo (abril e maio) neste grupo. É relevante observar que nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, quase todos os municípios possuíam, pelo menos, 20% dos beneficiários que recebiam AE composto por cadastrados no CadÚnico que não recebiam BF. Em abril, grande parte dos municípios nesta região possuíam pelo menos 30% dos que recebiam AE composto por esse grupo. Em maio, estas proporções se reduzem, novamente, devido ao aumento de cobertura entre os trabalhadores informais. Nas regiões Norte e Nordeste, a proporção se manteve estável nos instantes de tempo observados, com grande parte dos municípios apresentando de 10% a 20% dos beneficiários do AE composto por pessoas cadastradas e que não recebiam BF.

Por fim, a Figura 8 mostra a proporção daqueles beneficiários que não estavam no CadÚnico e que passaram a receber o AE. Estas pessoas são os trabalhadores informais que recorreram ao AE pois estavam impossibilitados de obter renda. Observa-se uma grande concentração nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste em que quase todos os municípios os trabalhadores informais representam mais que 30% daqueles que recebem o AE. Nas regiões Norte e Nordeste, em quase todos os municípios, os informais representavam entre 10% e 30% daqueles que recebiam o AE. Em maio (lado direito) praticamente todos os municípios das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste tinham pelo menos 30% dos recebedores do AE composto por informais.

Conclusão nº 2: o impacto inicial do AE se dá fortemente nas regiões Norte e Nordeste, devido à importância relativa do BF e do CadÚnico nessas regiões. A entrada dos informais no mês de maio traz maior relevância para as demais regiões do país.



Figura 6: Participação dos beneficiários do Bolsa Família (BF) na população dos atendidos pelo Auxílio Emergencial (AE).

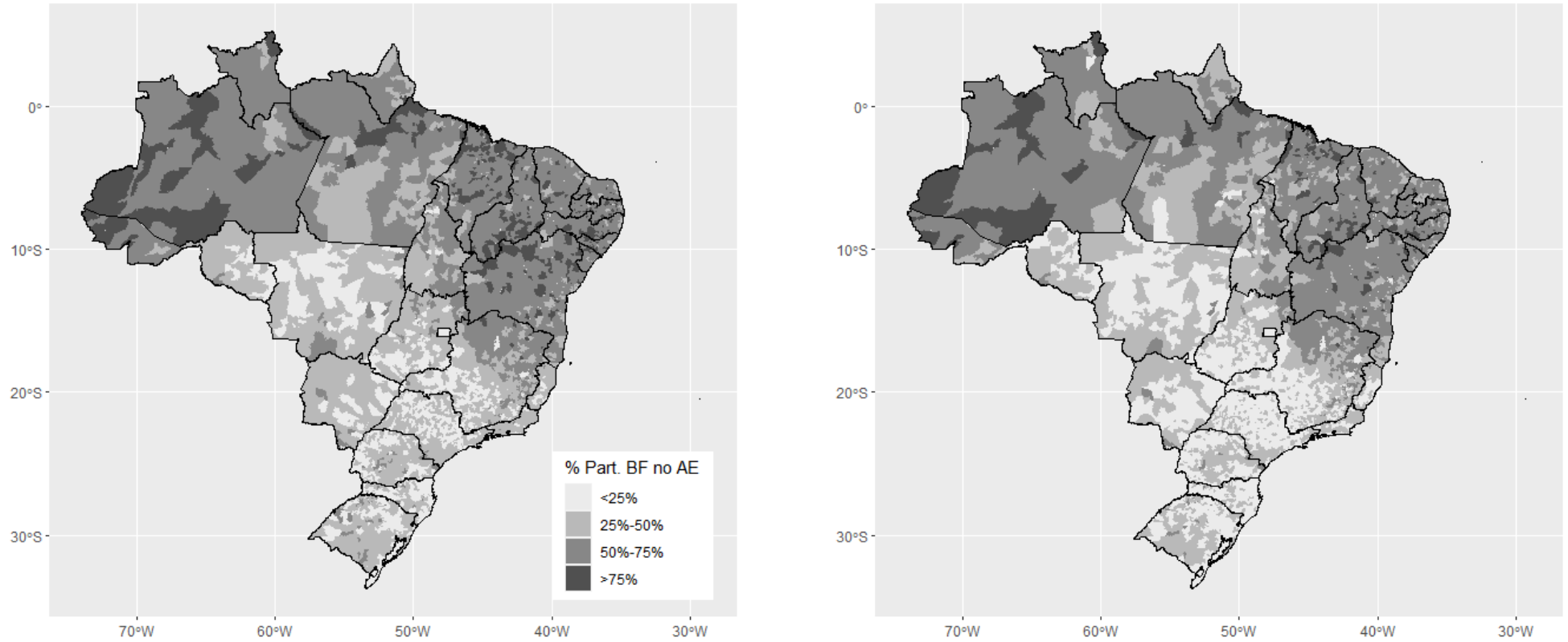




Figura 7: Participação dos cadastrados no Cadastro Único não beneficiários do Bolsa Família (BF) na população dos atendidos pelo Auxílio Emergencial (AE).

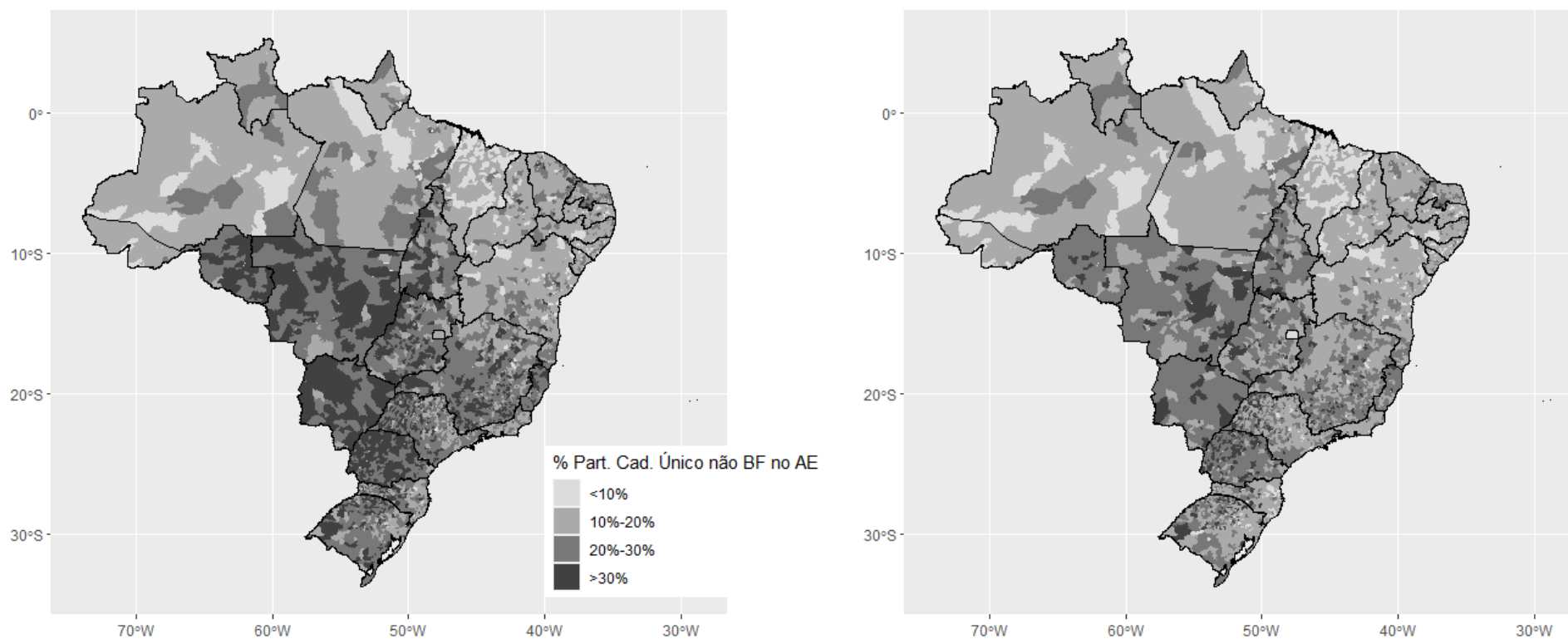
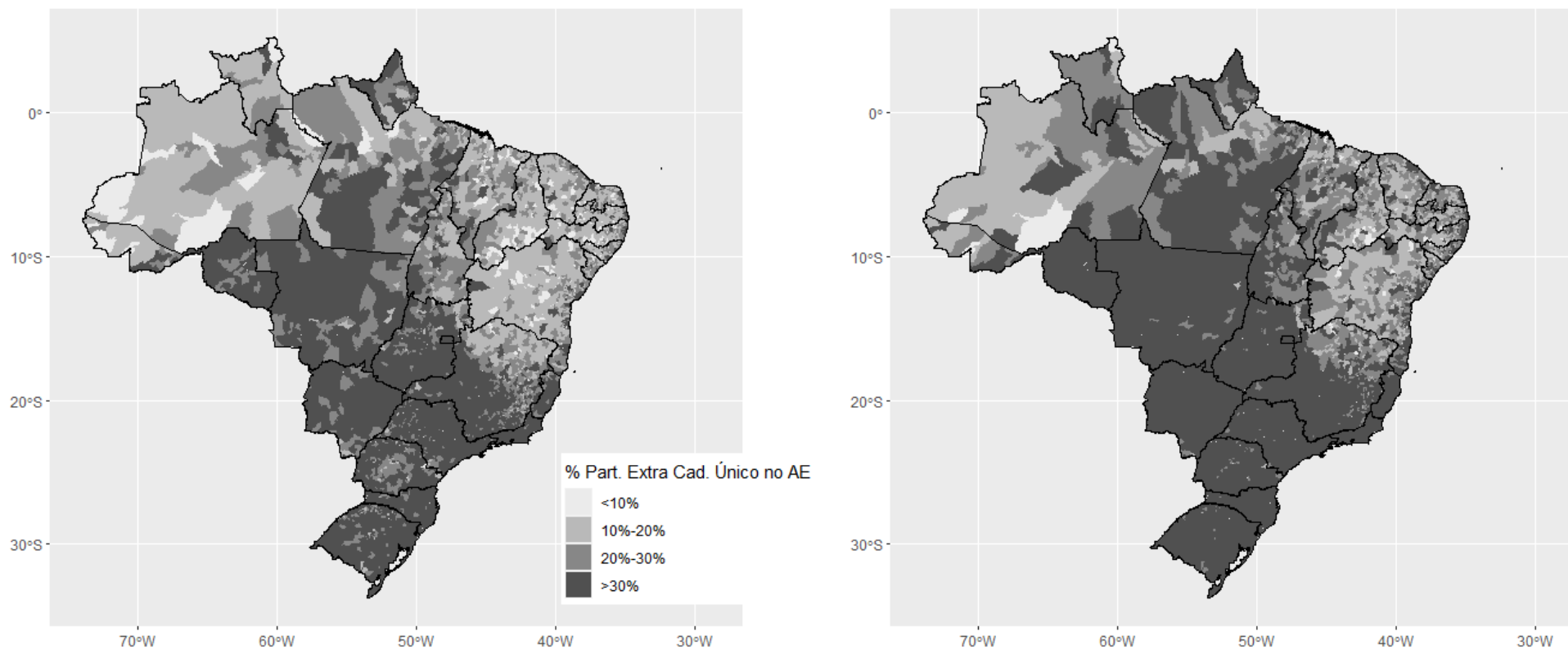




Figura 8: Participação dos não cadastrados no Cadastro Único (informais) na população dos atendidos pelo Auxílio Emergencial (AE).





4. Focalização Municipal do Auxílio Emergencial

A Tabela 1 mostra a distribuição dos municípios atendidos pelo AE por presença no CadÚnico e recebimento de BF de acordo com a região e nível de IDHM-renda do município. Dentre os municípios com IDHM-renda muito baixo ou baixo, a proporção daqueles que recebem BF dentre os atendidos pelo BF varia de 52,1% (na região Centro-Oeste) a 68,8% (na região Nordeste). Por outro lado, tal proporção varia de 16,4% (região Sul) a 35,0% (região Nordeste) nos municípios com IDHM-renda alto e de 10,5% (região Sul) a 20,7% (região Centro-Oeste) naqueles com IDHM-renda muito alto. De forma análoga, dentre os municípios com IDHM-renda muito baixo ou baixo a proporção dos informais dentre os atendidos pelo AE varia de 15,6% (região Nordeste) a 29,2% (região Centro-Oeste). Nos municípios com IDHM alto, a referida proporção varia de 43,7% (região Centro-Oeste) a 63,6% (região Sul) e nos municípios com IDHM muito alto varia de 61,6% (região Sul) a 72,7% (região Sudeste).

Tabela 1: Distribuição do Bolsa Família (BF), Cadastro único sem Bolsa Família (Não BF) e informais que recebem AE por região e IDHM-Renda.

| Região | IDHM Renda | Abril/2020 | | | Maio/2020 | | |
|--------|-------------------|----------------|----------|-----------|----------------|----------|-------------|
| | | Cadastro Único | | % Inform. | Cadastro Único | | % Informais |
| | | % BF | % Não BF | | % BF | % Não BF | |
| N | Muito Baixo/Baixo | 65,32 | 16,05 | 18,63 | 61,30 | 14,82 | 23,88 |
| | Médio | 45,58 | 25,81 | 28,61 | 40,09 | 22,18 | 37,73 |
| | Alto | 25,98 | 27,87 | 46,14 | 20,86 | 21,91 | 57,23 |
| NE | Muito Baixo/Baixo | 68,81 | 15,56 | 15,63 | 64,92 | 14,57 | 20,51 |
| | Médio | 54,32 | 20,75 | 24,93 | 48,99 | 18,47 | 32,54 |
| | Alto | 34,99 | 20,59 | 44,42 | 28,74 | 16,68 | 54,58 |
| SE | Muito Baixo/Baixo | 62,04 | 20,16 | 17,80 | 57,61 | 18,49 | 23,89 |
| | Médio | 37,71 | 28,35 | 33,94 | 31,92 | 23,43 | 44,64 |
| | Alto | 24,81 | 26,29 | 48,90 | 19,27 | 20,10 | 60,63 |
| | Muito Alto | 19,58 | 17,69 | 62,74 | 14,48 | 12,87 | 72,65 |
| S | Muito Baixo/Baixo | 58,94 | 23,98 | 17,09 | 53,10 | 21,24 | 25,66 |
| | Médio | 35,97 | 30,98 | 33,06 | 29,84 | 25,32 | 44,83 |
| | Alto | 21,50 | 26,71 | 51,79 | 16,36 | 20,06 | 63,58 |
| | Muito Alto | 14,59 | 23,84 | 61,57 | 10,46 | 17,27 | 72,27 |
| CO | Muito Baixo/Baixo | 57,51 | 20,94 | 21,55 | 52,07 | 18,77 | 29,16 |
| | Médio | 37,47 | 29,20 | 33,33 | 31,57 | 24,10 | 44,33 |
| | Alto | 25,85 | 30,47 | 43,69 | 20,68 | 23,86 | 55,47 |
| | Muito Alto | 20,69 | 23,05 | 56,26 | 15,93 | 17,56 | 66,51 |



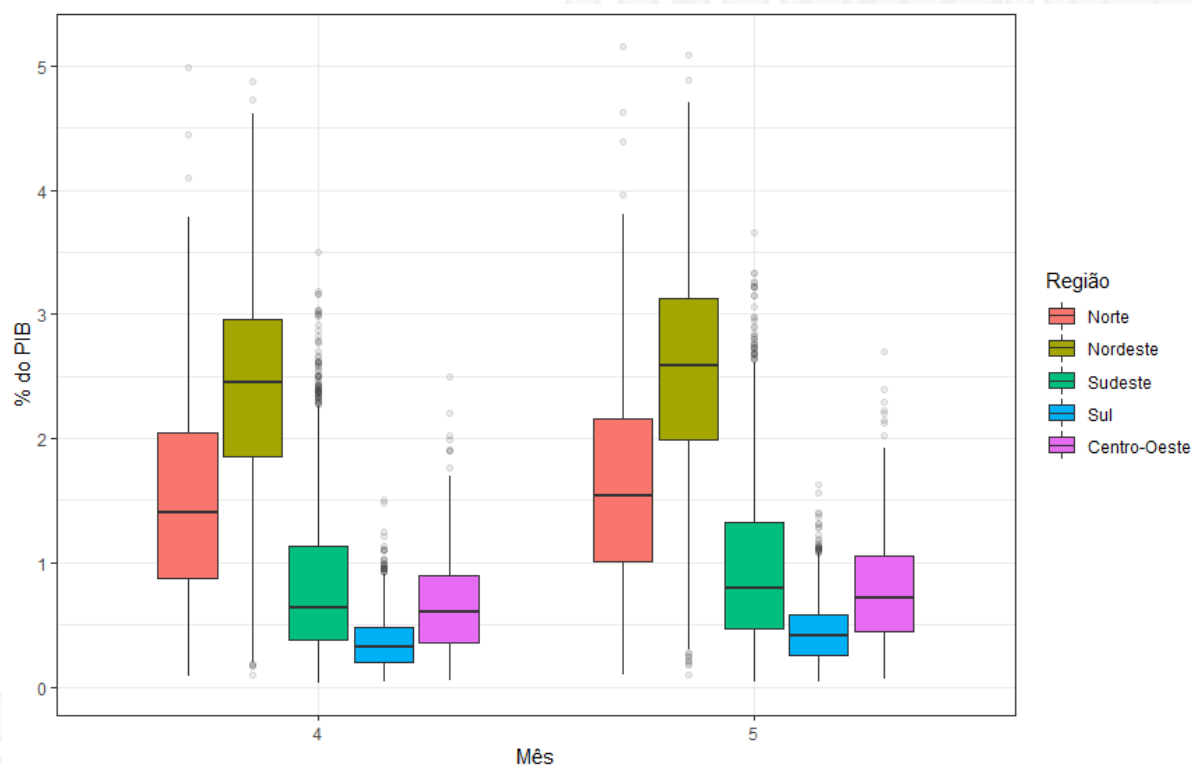
A Tabela 2 mostra a distribuição dos municípios atendidos pelo AE por presença no CadÚnico e recebimento de BF de acordo com a região e nível de IDHM do município. Naqueles municípios com IDHM muito baixo ou baixo, dentre os atendidos pelo AE, a proporção dos beneficiários do BF variou de 50,7% (região Centro-Oeste) a 70,1% (Nordeste) e a proporção de informais variou de 15,2% (região Nordeste) a 29,8% (região Sul). Nos municípios com IDHM alto, dentre os atendidos pelo AE, a proporção dos beneficiários do BF variou de 16,5% (região Sul) a 38,4% (região Nordeste) e a proporção dos informais variou de 39,3% (região Nordeste) a 62,2% (região Sul). Dentre os municípios com IDHM muito alto, dentre os atendidos pelo AE, a proporção dos beneficiários do BF variou de 9,1% (região Sul) a 21,4% (região Centro-Oeste) e a proporção dos informais variou de 62,5% (região Sudeste) a 78,8% (região Sul).

Tabela 2: Distribuição de Bolsa Família (BF), Cadastro único sem Bolsa Família (Não BF) e informais que recebem AE por região e IDHM.

| Região | IDHM | Abril/2020 | | | Maio/2020 | | |
|--------|-------------------|----------------|----------|-------------|----------------|----------|-------------|
| | | Cadastro Único | | % Informais | Cadastro Único | | % Informais |
| | | % BF | % Não BF | | % BF | % Não BF | |
| N | Muito Baixo/Baixo | 65,82 | 15,54 | 18,64 | 61,75 | 14,24 | 24,00 |
| | Médio | 49,16 | 24,28 | 26,56 | 43,98 | 21,19 | 34,83 |
| | Alto | 28,34 | 28,16 | 43,49 | 23,31 | 22,52 | 54,17 |
| NE | Muito Baixo/Baixo | 70,14 | 14,69 | 15,17 | 66,34 | 13,79 | 19,87 |
| | Médio | 60,97 | 19,06 | 19,97 | 56,37 | 17,42 | 26,21 |
| | Alto | 38,43 | 22,28 | 39,29 | 32,28 | 18,50 | 49,22 |
| SE | Muito Baixo/Baixo | 64,06 | 18,79 | 17,15 | 59,76 | 17,33 | 22,91 |
| | Médio | 42,79 | 26,63 | 30,58 | 37,15 | 22,45 | 40,40 |
| | Alto | 26,71 | 27,50 | 45,79 | 21,11 | 21,40 | 57,49 |
| | Muito Alto | 18,82 | 18,70 | 62,48 | 13,88 | 13,56 | 72,56 |
| S | Muito Baixo/Baixo | 58,36 | 20,76 | 20,88 | 52,01 | 18,21 | 29,77 |
| | Médio | 37,54 | 29,02 | 33,44 | 31,11 | 23,70 | 45,18 |
| | Alto | 21,57 | 28,09 | 50,35 | 16,53 | 21,30 | 62,17 |
| | Muito Alto | 12,80 | 17,17 | 70,03 | 9,11 | 12,12 | 78,77 |
| CO | Muito Baixo/Baixo | 56,46 | 22,66 | 20,88 | 50,71 | 20,08 | 29,21 |
| | Médio | 37,43 | 29,39 | 33,18 | 31,64 | 24,26 | 44,09 |
| | Alto | 27,89 | 29,57 | 42,54 | 22,52 | 23,30 | 54,18 |
| | Muito Alto | 21,37 | 12,16 | 66,47 | 15,85 | 8,88 | 75,27 |

A Figura 9 mostra a distribuição dos repasses do AE em relação à estimativa de PIB mensal municipal (1/12 do PIB anual dos municípios) por região e mês de pagamento. Não se observam variações significativas na distribuição do repasse do AE em relação a essa estimativa quando se compara os meses de abril e maio de 2020. Com respeito à distribuição por região, observa-se que, para pelo menos 75% dos municípios da região Sudeste, os repasses representaram menos que 1,5% da estimativa do PIB mensal para os respectivos meses. Nas regiões Sul e Centro-Oeste, para pelo menos 75% dos municípios, os repasses representam menos que 1,0% da estimativa do PIB mensal. Entretanto, nas regiões Norte e Nordeste, o impacto observado é bem maior. Na região Norte, no mês de abril, pouco menos da metade dos municípios receberam repasses do AE que superaram 1,5% da estimativa do PIB mensal, e no mês de maio a proporção dos que receberam mais que 1,5% da estimativa do PIB mensal superou a metade dos municípios. Na região Nordeste, no mês de abril, pouco menos da metade dos municípios receberam repasses que superaram 2,5% da estimativa do PIB mensal, e no mês de maio a proporção dos municípios com repasses superiores a 2,5% da estimativa do PIB mensal superou 50%. Na região Norte, cerca de 25% dos municípios receberam repasses menores que 1,0% da estimativa do PIB mensal, enquanto na região Nordeste cerca de 25% dos municípios receberam repasses menores que 2,0% da estimativa do PIB mensal. Por outro lado, os repasses ultrapassaram 2,0% da estimativa do PIB mensal para 25% dos municípios na região Norte e 3,0% do PIB para 25% dos municípios na região Nordeste.

Figura 9: Distribuição do valor de repasse do AE em relação ao PIB mensal municipal por mês e região.





Conclusão nº 3: O AE chegou aos que necessitavam do recurso com a devida dinâmica. Por questões práticas, o impacto para os beneficiários que estavam no CadÚnico foi imediato, mesmo para aqueles na fila de espera pelo programa BF, com o repasse dos recursos ocorrendo em até 21 dias após a implantação do auxílio. Dentre aqueles beneficiários que estavam fora do CadÚnico, os trabalhadores informais, embora com menor velocidade por conta da maior complexidade, receberam os repasses até maio de 2020.